

## A Musicoterapeuta no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: Construindo Referências.

Jakeline Silvestre Fascine Vitor<sup>14</sup>  
Camila Siqueira Gouvêa Acosta Gonçalves<sup>15</sup>

### RESUMO

O objetivo deste trabalho é compartilhar um relato de experiência de musicoterapia ocorrido no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), equipamento da área da Assistência Social no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos na rede pública. Tal serviço se caracteriza por promover encontros que previnam por meio do fortalecimento de vínculos situações de violação de direitos, de forma a valorizar a história individual e coletiva de seus usuários, cuja população-alvo é de famílias que encontram-se em situações de vulnerabilidades e riscos sociais, no segmento de crianças, adolescentes, jovens e idosos, que frequentam (CRAS). A musicoterapeuta trabalhou com grupos abertos entre uma a duas horas de duração uma vez a cada quinze dias a partir de uma perspectiva social. Nesse sentido, experiências musicais de improvisação, re-criação, apresentações (nomeadas de convivência cultural), jogos musicais, e re-criações foram desenvolvidas em conjunto com os usuários do serviço com vistas à prevenção do rompimento dos laços familiares e situações de vulnerabilidades e riscos sociais. Recentemente, o musicoterapeuta foi reconhecido como trabalhador do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) conforme Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS, (Resolução nº 17 - CNAS de 20 de junho de 2011 – DOU 21/06/2011, Seção I, Página 79). Esse trabalho visa contribuir para a reflexão da musicoterapia nessa área, aliada aos referenciais dessa política, para identificar e construir referenciais próprios da atuação desse profissional, sistematizando e aprimorando sua prática.

**Palavras-chave:** Musicoterapia Social; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Musicoterapia e Famílias.

---

<sup>14</sup> Jakeline Silvestre Fascine Vitor. Musicoterapeuta pela FAP (CPMT 255/09), Especialista em Gestão de Políticas Públicas (PUC-PR). Trabalha como musicoterapeuta há 4 anos, com ênfase na área Social. Curitiba/ PR. Contato: [jakefascina@hotmail.com](mailto:jakefascina@hotmail.com)  
<http://lattes.cnpq.br/5019738462189508>

<sup>15</sup> Camila Siqueira Gouvêa Acosta Gonçalves. Musicoterapeuta pela FAP (CPMT 197/07), Mestre em Musicoterapia pela Concordia *University*, Pedagoga pela UFPR. Trabalha como musicoterapeuta há dez anos, com ênfase nas áreas de saúde mental e reabilitação. Curitiba/ PR. Contato: [mt.camilasgagoncalves@gmail.com](mailto:mt.camilasgagoncalves@gmail.com)  
<http://lattes.cnpq.br/9121104314237383>

## ABSTRACT

This paper aims to share a music therapy work at the Social Assistance Center (CRAS), a public facility from the Relationship and Bond Empowerment Program in the Social Assistance System. This program promotes meetings to prevent violation of rights by validating the participants' individual and collective story, and the target population is of families at social risk, including children, teenagers, youngsters and seniors who attend the CRAS. The music therapist worked with open groups for two hours every other week from a social perspective. Musical experiences of improvisation, music concerts, musical games and re-creation took place with the participants. Music therapists were recently considered workers at the Unique Social Assistance System (SUAS), according to the bylaw # 17 (June 20th, 2011, DOU 21/06/2011, Section I, Page 79) by the National Social Assistance Council (CNAS). Therefore, this work aims to contribute to music therapy in this field according to its policy, in order to identify and build referentials of this professional work and enhance music therapy practice.

**Keywords:** Social Music Therapy; Relationship and Bond Empowerment Program; Music therapy and Families.

## 1. Introdução

O presente relato de trabalho pretende contribuir para a reflexão da prática da musicoterapia na área da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e colaborar na construção de referências de atuação desse profissional a partir de um relato de experiência musicoterapêutica no campo social. Tal experiência se deu em um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) de Curitiba, equipamento da Proteção Social Básica, PSB, da PNAS, sendo que a musicoterapeuta do relato de experiência é a primeira autora do presente artigo.

O trabalho desenvolvido nos equipamentos públicos da assistência social bem como em outros serviços da rede pública (escolas, unidade básica de saúde, hospitais e centros especializados) exigem do/a profissional musicoterapeuta um perfil de trabalho que dialogue com abordagens teórico-prática acumuladas pela carreira, os objetivos de cada política pública, bem como os princípios éticos da profissão (UBAM, 2011). No caso da assistência social, consideramos importante que o aporte teórico e prático adotado pelo/a profissional contemple a reflexão e ação pautadas no enfrentamento das situações de vulnerabilidades e riscos sociais e seja fundamentado nos princípios da defesa da garantia de direitos de proteção social e cidadania.

Diante de diferentes definições e compreensões de Política Social, trazemos as seguintes reflexões: “mediante a política social é que direitos sociais se concretizam e necessidades humanas são atendidas na perspectiva da cidadania ampliada” (PEREIRA, p. 165, 2009). Segundo Sposati,

As políticas sociais brasileiras, e, nelas as de assistência social, embora aparentem a finalidade de contenção da acumulação da miséria e sua minimização da ação de um Estado regulador das diferenças sociais, de fato não dão conta deste efeito. Constituídas na teia dos interesses que marcam as relações de classe, as políticas sociais brasileiras têm conformado a prática gestonária do Estado, nas condições de reprodução da força de trabalho, como favorecedoras, ao mesmo tempo, da acumulação da riqueza e da acumulação da miséria social (1988, p. 11).

De acordo com a afirmação acima, a política social é uma ação do Estado em resposta às contradições das relações capital-trabalho, neste sentido é importante que seja problematizada a função do Estado e da sociedade nos rumos da política pública, considerando as desigualdades e conflitos oriundos deste processo. Para isto, a participação cidadã é um caminho de organização social, previstos e assegurados pela constituição federal de 1988.

## **2. Revisão de literatura**

Relatos de Musicoterapia com populações consideradas minoritárias e em situação de risco e vulnerabilidade sociais são encontrados na literatura musicoterapêutica de bases feminista e social, tanto com pesquisa como com textos argumentativos e/ou relatos de experiência. Curtis (2006) relata o seu trabalho como musicoterapeuta feminista com um grupo de mulheres que sobreviveram à violência de seus parceiros. O grupo fez re-escrita de canções, além do trabalho com música e imagem, música e relaxamento, música e meditação, e análise feminista de poder e de gênero em letras de canções (CURTIS, 2006). A autora salientou objetivos e ações da práxis terapêutica feminista aliados à Musicoterapia, sendo eles: desmistificação, análise feminista de poder e análise feminista de gênero (CURTIS, 2006, p. 229). Curtis retoma o alcance da música na musicoterapia feminista no auxílio às mulheres do grupo comporem e gravarem suas próprias canções, “encontrando suas próprias vozes” (2006, p. 241).

A meta de justiça social é também associada às práticas da musicoterapia como uma possibilidade de reconectar o ser humano com o verdadeiro sentido da música. A musicoterapeuta Sue Baines problematiza o uso comercial da música ocidental nos dias de hoje, motivando-nos a comprar (2013a). A partir de estudos de etnomusicologia, ela argumenta que há a perpetuação de tendências de gênero em muitos estilos comerciais e tradicionais, como o country e o pop americanos, o *Calypso*, e a música de bar irlandesa (BAINES, 2013a, p. 172-174). Dessa maneira, ela retoma o pensamento de Koopman de que devemos aprender a perceber e refletir sobre música, seus valores e usos em sociedade, uma vez que "a música é uma das maneiras mais efetivas de influenciar nosso senso de identidade porque ela não opera somente no nível cognitivo, mas nos níveis emocionais e somáticos" (2005, *apud* BAINES, 2013a, p. 175).

Para Baines, a musicoterapia é um campo criado para devolver o lugar 'natural' da música vinculada ao ser humano, seu bem-estar e saúde, e não dissociada de maneira opressora (2013a). Ela cita trabalhos da musicoterapia feminista e da musicoterapia comunitária, e descreve a abordagem da musicoterapia como prática anti-opressora (BAINES, 2013b), na qual os participantes são vistos como os que mais sabem sobre si mesmos, em um trabalho no qual suas perspectivas são incorporadas no processo e no trabalho, em um ambiente com diálogo, apoio e criação de soluções. O uso da música vai no sentido de oferecer a conexão com cada um e com o grupo, e ampliar a sua compreensão (BAINES, 2013a, p. 176). Dessa maneira, em seu modelo de trabalho, a autora define que a musicoterapia como uma prática anti-opressora "é uma maneira de colocar os 'problemas' que os participantes apresentam no contexto da realidade sociopolítica e procurar recursos em nós mesmos e nas pessoas com quem trabalhamos para reconhecer a desigualdade social com o objetivo de criar um futuro socialmente justo" (BAINES, p. 4, 2013b). Apesar de Baines trazer termos e exemplos de práticas de musicoterapia em saúde, sua fundamentação está de acordo com abordagens que são aplicadas em instituições e, portanto, no social.

Num esforço em circunscrever as práticas do social em musicoterapia, Guazina (2008) retomou que o termo "social" tem sido erroneamente usado como sinônimo de "risco". Dessa maneira, a definição de práticas da musicoterapia no

campo do “social” não tem levado em consideração a fundamentação, mas tão somente o contexto do risco (GUAZINA, 2008). Tal compreensão “não reconhece que toda e qualquer população atendida faz parte do ‘social’ e toda e qualquer ação dos profissionais e do próprio campo de conhecimento da Musicoterapia é essencialmente social” (GUAZINA, 2008, p. 112). Segundo a autora, às abordagens musicoterapêuticas que têm em comum a base de sujeito social ao invés de essencialista são nomeadas de Musicoterapia Social (GUAZINA, 2008). Em especial frente à crescente demanda de trabalho além do consultório particular, a autora trouxe contribuições da Etnomusicologia e das Ciências Humanas para a fundamentação e prática da musicoterapeuta social na atualidade, trazendo conceitos da música como prática social e, portanto, também como perpetuadora de violência, da violência de Estado, e da violência da patologização (GUAZINA, 2008).

Um relato de experiência de musicoterapia de base social em equipe multiprofissional em um acolhimento institucional demonstraram que a população alvo, crianças, tiveram melhora tanto em seu rendimento escolar quanto em sua relação com a comunidade (VITOR, 2009). A musicoterapeuta Vitor afirma que o trabalho sistemático, planejado e continuado permitiu a construção de relações positivas na vida das crianças e que a Musicoterapia pode ser uma alternativa para construção de laços de pertencimento e solidariedade (2009).

### **3. Musicoterapeutas no Sistema Único de Assistência Social – SUAS**

A entrada da Musicoterapia no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) faz parte de uma conquista de participação política dos/as musicoterapeutas, articulada pela participação em movimentos sociais, tais como: Fóruns, Audiências públicas e Conferências e que passam a exigir maior participação e representatividade nas agendas públicas e espaços de discussão das políticas, bem como maior aprofundamento teórico-prático, pautados com a discussão de direitos humanos (GUAZINA, VITOR, GONÇALVES et al., 2011).

O processo histórico de entrada da Musicoterapia no SUAS aparece descrito por Guazina et al., (2011), e traz importantes registros da participação dos/as musicoterapeutas neste processo. Essa caminhada culminou com o reconhecimento ANAIS DO XVI FÓRUM PARANAENSE DE MUSICOTERAPIA e I Seminário Paranaense de Pesquisa em Musicoterapia. Volume 16 – 2015.

do/a musicoterapeuta como profissional trabalhador/a do SUAS, de acordo com a resolução 17/2011 do Conselho Nacional de Assistência Social e, durante esse processo, a primeira sistematização da atuação do/a musicoterapeuta social foi realizada pelo Grupo de Trabalho por Musicoterapeutas no SUAS, por meio do documento “Perfil do Musicoterapeuta Social” (UBAM, 2011). O documento consta de 17 itens como diretrizes de trabalho do/a musicoterapeuta de abordagem social.

A entrada do/a musicoterapeuta no SUAS marcou a possibilidade de ampliação da oferta seu trabalho de maneira remunerada como uma categoria profissional de nível superior. Ao mesmo tempo, trouxe desafios em relação à construção dessa prática de maneira continuada. Há poucos relatos de trabalho continuado e sistematizado de musicoterapeutas empregados na área da assistência social, sendo que alguns caem em paradigmas que não trazem ressonância com a política social, quando têm interpretações de base essencialista (GUAZINA, 2008). Portanto, para contribuir com a sistematização do trabalho, trazemos um relato de experiência da primeira autora do trabalho em equipamento e proteção social básica, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), dentro do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

### **3. Musicoterapia no Serviço de Convivência: Grupo *Confiança***

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos se caracteriza por promover ações integradas ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), busca prevenir a institucionalização e a segregação deste público atendido, viabilizando acesso às informações a respeito de direitos e participação cidadã. O trabalho é desenvolvido: “em grupos ou coletivos e organizam-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária” (BRASIL, 2014). A população atendida nestes serviços são: crianças até seis anos, crianças, adolescentes, jovens e idosos.

O trabalho foi desenvolvido com grupos abertos de uma a duas horas de duração quinzenalmente por aproximadamente um ano e meio de processo. O grupo *Confiança* (nome mudado para a escrita desse artigo) era composto por uma média de 13 pessoas, na maioria mulheres e crianças com idade (avós, mães e seus ANAIS DO XVI FÓRUM PARANAENSE DE MUSICOTERAPIA e I Seminário Paranaense de Pesquisa em Musicoterapia. Volume 16 – 2015.

filhos/as e netos/as) que variava de sete a mais de sessenta anos. O local dos atendimentos era na igreja católica da comunidade, com a qual o CRAS tinha parceria. Alternado ao trabalho de musicoterapia, eram realizadas atividades de artesanato, que na maioria dos grupos de convivência foram desenvolvidas há muito tempo, motivo pelo qual as usuárias e a equipe inicialmente demonstraram bastante resistência e adesão ao trabalho. Nesse sentido, acreditamos que embora novas práticas sejam estimuladas no trabalho com grupos, a inserção de novos profissionais nos serviços geram desafios às equipes, no sentido de reestruturação das atividades, onde novas possibilidades de metodologias ganham espaços.

A estrutura dos atendimentos eram: (1) aquecimento, (2) roda de conversa, (3) desenvolvimento, (4) relaxamento e (5) fechamento. A estrutura do trabalho foi construída conforme as necessidades do grupo, e a roda de conversa foi um momento importante onde o grupo trazia várias questões da vida na comunidade, bem como as dificuldades enfrentadas. Inicialmente, o processo foi desenvolvido com alguns combinados: cantar e acolher todas as manifestações musicais do grupo, independente das diferenças religiosas que o grupo pudesse ter. Durante o desenvolvimento do atendimento, a principal técnica utilizada foi a improvisação, seguida da recriação. por meio da leitura e do canto das canções.

A proposta das canções contribuiu para incluir no grupo as pessoas que não eram alfabetizadas, que na maioria das vezes lembravam e interagiam através do canto ou execução instrumental de um instrumento de percussão, de maneira que todos os sujeitos pertencentes aquele espaço tinham condições de interagir com a manifestação musical do grupo. A improvisação era desenvolvida conforme as orientações da roda de tambores comunitária (SUZUKI, 2008). O trabalho era finalizado com relaxamento e fechamento, no relaxamento eram utilizados uma espécie de *pot-pourri* das canções que haviam sido cantadas no dia, e os participantes avaliavam o atendimento. O estilo musical predominante foi o de música de raiz e música sertaneja, sendo que a música mais recorrente foi “Franguinho na Panela”, de Tião Carreiro e Pardinho.

O local onde o trabalho foi desenvolvido era um espaço na comunidade, e que passava por reformas. Em função disto, não havia piso no chão nem água para

beber e inicialmente não havia instrumentos musicais, motivo pelo qual foi desenvolvido uma oficina para confecção de instrumentos musicais.

A questão da violência, analisadas por Moura (2007), pode ser compreendida como um *continuum* que envolve diversas formas de manifestações: armadas, “domésticas”, sexuais, sociais, econômicas etc. No território onde o trabalho foi desenvolvido, aconteceram situações em que em função de situações de violências e conflitos geraram a morte de dez adolescentes. No momento em que as pessoas que haviam perdido seus familiares, tão jovens e de maneira tão cruel, a musicoterapia foi um espaço de acolhida para dialogar sobre aqueles conflitos vivenciados pela comunidade. Em momentos como esses, a experiência musical foi um canal mobilizador das seguintes atitudes descritas pelos participantes: Paz, Força, Agradecimento, Solidariedade, Arte e Esperança.

De acordo com uma participante do Grupo *Confiança*, sobre sua experiência no grupo:

Na terceira idade, estou vivendo e revivendo os sonhos que ficaram para trás, e é bom compartilhar com todos essa satisfação. Bom é esperar ansiosamente pelas terças-feiras. É inesquecível, temos até a chance de digerir a ideia do amor que não é apego: é liberdade de desejar o melhor para os nossos semelhantes (Participante Grupo Confiança).

Durante os momentos de roda de conversa, os participantes foram incentivados à participação social, levando a realidade em que viviam, seus desafios e demandas em espaços políticos de escuta qualificada. Assim, muitos passaram a participar das conferências, audiências públicas e contestar sobre situações vivenciadas pela comunidade. Sobre a participação social, Telles afirma:

Aí está também o lado mais importante dos direitos, quando vistos pelo prisma dos “sujeitos falantes” que se apresentam na cena pública. Essa presença desestabiliza consensos estabelecidos e permite alargar o “mundo comum”, fazendo circular na cena pública outras referências, outros valores, outras realidades, que antes ficavam ocultados ou então eram considerados irrelevantes e desimportantes para a vida em sociedade (2003, p. 69)

A música como musicoterapia também favoreceu a expressão, o sentimento de pertença e a coesão no grupo. Improvisações do tipo solo-tutti foram oportunizadas, além do canto de canções, na intenção de promover um espaço de escuta e diálogo de todos e entre todos (PAVLIEVIC, 2001).



Apesar dos benefícios desse dispositivo musicoterapêutico nesse grupo, o trabalho foi descontinuado de maneira abrupta pela gestão. No retorno de um breve recesso das atividades, a musicoterapeuta foi informada sobre sua transferência de equipamento sem substituição por outro/a profissional, inviabilizando a continuidade do processo e a despedida da musicoterapeuta ao grupo. A gestão justificou a transferência informando que não havia interesse do grupo na musicoterapia.

Porém, a musicoterapeuta encontrou um dos participantes do grupo em uma conferência, quem questionou o motivo dos atendimentos terem sido descontinuados no grupo. Assim, o grupo solicitou o retorno dos atendimentos de musicoterapia à gestão. Até o momento da escrita desse artigo, os atendimentos de musicoterapia não foram retomados.

#### **4 Considerações finais**

A experiência relatada com o *Grupo Confiança* demonstrou uma abordagem social da musicoterapeuta, favorecendo o uso da música em um grupo aberto e heterogêneo em sexo e faixa etária que participou de uma proposta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, vinculado à Proteção Social Básica e ao CRAS. Os pontos fortes desse relato foram os resultados envolvendo a coesão do grupo, a possibilidade de diálogo e expressão na música de situações de violência vividas pela comunidade, bem como a ampliação de sua participação social.

As limitações do relato são a impossibilidade de um material mais sistematizado de registro e análise da produção musical do grupo, além de poucas menções a cada participante no grupo. Tais limitações sugerem uma possibilidade de documentação mais sistematizada e acessível para o/a musicoterapeuta no equipamento. Caso houvesse esse material sonoro-musical registrado e acessível às autoras para a escrita desse artigo, poderíamos aprofundar a nossa interpretação do uso da música como analogia da escuta de cada um do grupo, de focos de tensões, e de sua posterior/ possível resolução.

A interrupção do grupo de maneira arbitrária traz também muitas reflexões. Como garantir a continuidade de um trabalho que tem gerado resultados? Uma via é garantindo a contratação de trabalhadores do SUAS por meio de concursos públicos. Como complemento, há a necessidade da avaliação de cada serviço de ANAIS DO XVI FÓRUM PARANAENSE DE MUSICOTERAPIA e I Seminário Paranaense de Pesquisa em Musicoterapia. Volume 16 – 2015.

maneira clara e continuada, respeitando a participação dos usuários e suas escolhas. O diálogo constante entre equipes e a interdisciplinaridade são também diretrizes no trabalho social (UBAM, 2011) que colaboram na garantia de um serviço continuado. Por fim, o trabalho de participação social e política da comunidade de musicoterapeutas pode colaborar na inserção permanente e ética do musicoterapeuta nos equipamentos de proteção social (GUAZINA et al., 2011).

A partir da fundamentação, do relato de experiência, e do que preconiza a política do SUAS, podemos concluir que a atuação da musicoterapeuta na proteção social básica envolve um trabalho diferenciado na assistência social, no qual esse profissional compreende a música como construção sociocultural (UBAM, 2011) e realiza seus atendimentos a partir de seu papel como ouvinte, mediador, aliado, e sujeito ativo na trama social (VITOR, GONÇALVES, ARAUJO, et al., 2012; GONÇALVES; VITOR, 2013). De acordo com a experiência do *Grupo Confiança*, percebemos a importância da mediação da musicoterapeuta no processo do grupo, o qual se empoderou com sua participação nas experiências musicais-musicoterapêuticas, com o diálogo, passando à participação social no combate às situações de violência e de precariedade.

Esperamos que esse trabalho contribua na implementação da musicoterapia em outros equipamentos de proteção social, bem como no diálogo entre musicoterapeutas que trabalham no SUAS e que têm compartilhado suas experiências nessa caminhada.

## Referências

BAINES, S. A Brief Anti-Oppressive Analysis of Music Pedagogy, the Professional Musician, and the Music Business: a Case for Music Therapy. In SIMON, P., SZABO, T. **Music: Social Impacts, Health Benefits and Perspectives**. Nova Science Publishers: Hauppauge NY, 2013.

BAINES, S. **Music therapy as an Anti-Oppressive Practice**. The Arts in Psychotherapy 40 (2013), 1-5.

BRASIL. **Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Governo Federal: Brasília, 2013.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**.

ANAIS DO XVI FÓRUM PARANAENSE DE MUSICOTERAPIA e I Seminário Paranaense de Pesquisa em Musicoterapia. Volume 16 – 2015.

Acesso em 29/11/2014, link:

<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/servicos/convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos/?searchterm=fortalecimento%20de%20V%C3%ADnculos>

CURTIS, S. L. Transforming Theory, Transforming Lives In HADLEY, S. (org.) **Feminist Perspectives in Music Therapy**. London and Philadelphia: Barcelona Publishers, 2001.

GONÇALVES, C. S. G. A. ; VITOR, J. S. F. . **O Musicoterapeuta na Política Pública de Assistência Social Brasileira**. In: Anais do V Congresso Latino Americano de Musicoterapia - CLAM, 2013, Sucre, 2013.

GUAZINA, L. **Reflexões sobre o 'Social' em Musicoterapia**. In Anais do X Fórum Paranaense de Musicoterapia v. 10. Associação de Musicoterapia do Paraná, Curitiba, PR, 2008.

GUAZINA, L. S. VITOR, J. S. F. GONÇALVES, C. S. G. A. NASCIMENTO R. L. CUNHA, L. **A entrada da Musicoterapia no Sistema Único de Assistência Social (SUAS): Conquistas e perspectivas**. Anais do XIII Fórum Paranaense de Musicoterapia v. 13. Associação de Musicoterapia do Paraná: Curitiba, 2011.

PAVLIEVIC, M. **Groups in Music: Strategies from Music Therapy**. London & Philadelphia: Jessica Kingsley Publishers, 2001.

PEREIRA, A. P. **Política Social: temas e questões**. 2ª edição- São Paulo: Cortez, 2009.

SPOSATI, A. **Vida urbana e gestão da pobreza**. São Paulo: Cortez, 1988.

SUZUKI, P. R. **Roda de Tambores na Musicoterapia como Técnica em Potencial**. Trabalho de conclusão de programa de pós-graduação em Musicoterapia. São Paulo: UniFMU, Centro Universitário FMU; 2008.

TELLES, V. **Direitos Sociais: afinal do que se trata?** IN CENPEC: Muitos lugares para aprender. São Paulo: CENPEC/Fundação Itaú Social/UNICEF, 2003.

UBAM. **Perfil do Musicoterapeuta Social**. In Anais do XIII Fórum Paranaense de Musicoterapia v. 13. Associação de Musicoterapia do Paraná: Curitiba, Paraná, 2011.

VITOR, J. S. F. ; GONÇALVES, C. S. G. A. ; ARAUJO, G. ; GOES, A. . **Implementação da Musicoterapia no Sistema Único de Assistência Social: Movimentos e Organização Política**. In: Anais do XIV Simpósio Nacional de Musicoterapia e XII Encontro Nacional de Pesquisa em Musicoterapia. Olinda, PE, 2012.

ANAIS DO XVI FÓRUM PARANAENSE DE MUSICOTERAPIA e I Seminário Paranaense de Pesquisa em Musicoterapia. Volume 16 – 2015.

VITOR, J. S. F. **A Construção da vida para além das violências: Musicoterapia com crianças em situação de abrigagem.** Monografia de graduação. Faculdade de Artes do Paraná. Curitiba, 2009.